



DESAFIOS E PRÁTICAS DOCENTES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RESULTADOS DE UM ESTUDO PILOTO

SANTOS, Igor A. dos¹
SANTOS, José M. dos²
SANTOS, José R. G. dos³

RESUMO

Este estudo analisa os desafios enfrentados por professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção da inclusão em escolas públicas de Maceió. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou entrevistas semiestruturadas com docentes e a Análise de Conteúdo de Bardin para interpretar os dados. O foco esteve na categoria "Formação". Os resultados preliminares, de um estudo piloto com duas professoras, indicam uma lacuna entre a formação inicial e as necessidades práticas da educação inclusiva. As docentes relatam que a experiência profissional e a formação continuada, como cursos de especialização, são fundamentais para sua atuação. A pesquisa aponta para a urgência de políticas públicas que ofereçam suporte contínuo aos educadores, infraestrutura adequada e valorização profissional, elementos cruciais para assegurar a efetiva inclusão de alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação docente. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

A palavra *inclusão* tem origem no latim *includere*, cujo significado remete a abranger, compreender e envolver (Cunha, 2010). Trata-se de uma prática social que ultrapassa os limites do discurso e se materializa no cotidiano por meio da acessibilidade no trabalho, na arquitetura, no lazer, na cultura, nas atitudes e, de forma especial, na educação (Camargo, 2016).

Segundo Ciampa (2005), a identidade das pessoas com deficiência carece de reconhecimento, pois frequentemente é excluída do contexto social e educacional. Para o autor, a identidade não se restringe a uma construção científica, mas representa uma questão eminentemente social e política. Nesse sentido, torna-se imprescindível refletir sobre políticas públicas que promovam práticas inclusivas, sustentadas por princípios de equidade e comunhão com os sujeitos historicamente oprimidos.

Embora a inclusão escolar esteja diretamente vinculada à Educação Especial, seu escopo não deve ser limitado a um público específico. Ao contrário, deve contemplar a pluralidade de realidades psíquicas, físicas, culturais e políticas que compõem o tecido social (Mazzotta, 2010). A escola inclusiva, portanto, compromete-

¹ Universidade Federal de Alagoas. Igor.santos@cedu.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas. Jose.messias@cedu.ufal.br

³ Universidade Federal de Alagoas. Renangomesal@hotmail.com.



se com o acolhimento e a valorização da diversidade, implementando práticas que considerem as diferenças como elementos constitutivos do processo educacional.

Diante disso, é fundamental que os educadores estejam devidamente habilitados para atuar na Educação Especial. Essa modalidade de ensino, segundo as diretrizes legais brasileiras, oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza recursos pedagógicos e orienta tanto os alunos quanto os professores do ensino regular sobre o uso adequado desses instrumentos (BRASIL, 2008). O AEE, instituído pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), propõe a articulação entre o ensino comum e o atendimento especializado, garantindo a escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Conforme Nunes e Negócio (2015), o funcionamento do AEE implica a permanência dos estudantes em salas regulares e, em contraturno, a realização de atividades específicas em salas de recursos multifuncionais, onde são acompanhados por professores especializados, estes docentes têm como responsabilidade avaliar a eficácia do processo de inclusão e monitorar o desenvolvimento educacional dos alunos, assegurando aprendizado ao longo da vida acadêmica, por meio identificação e planejamento, o professor do AEE deve identificar as necessidades específicas do estudante, elaborar e executar um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), elaborar, produzir e organizar serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade que atendam às necessidades dos alunos público-alvo da educação especial, trabalhar em regime de colaboração com os demais professores, e articular a promoção e envolvimento da família neste processo civilizacional e fundamental da educação inclusive e especial.

A escolha deste tema de pesquisa se justifica pela relevância da Educação Inclusiva no contexto da escola pública brasileira e pelas dificuldades enfrentadas por professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Barreiras estruturais, financeiras, sociais e de formação docente interferem diretamente na qualidade do atendimento oferecido. A atuação dos professores que trabalham com o AEE é imprescindível, exigindo formação sólida, sensibilidade pedagógica e suporte institucional adequado (Nunes; Negócio, 2015).

Neste trabalho, busca-se identificar e analisar os principais desafios enfrentados pelos profissionais do AEE na promoção da inclusão de estudantes nas



escolas públicas. Compreender a percepção e a prática dos professores que atuam diretamente com esse público e oferecer subsídios importantes para o aprimoramento das políticas inclusivas e a construção de práticas pedagógicas mais efetivas e humanizadas.

OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar os principais desafios enfrentados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas públicas.

Para atingir esse propósito, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: identificar os desafios pedagógicos, estruturais e institucionais que impactam a atuação dos profissionais do AEE nas escolas públicas; investigar as estratégias utilizadas por esses professores para superar as dificuldades no atendimento aos estudantes com deficiência; compreender de que forma a articulação entre os professores do AEE, os professores da sala de aula regular, a equipe gestora e a família influencia o processo de inclusão escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão escolar constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea, exigindo mudanças estruturais, culturais e pedagógicas nas instituições de ensino (Glat; Ferreira, 2014). Trata-se de uma proposta que busca garantir o direito à educação para todos, especialmente para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, conforme define a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Essa política reforça a responsabilidade das escolas comuns em atender a diversidade, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa.

Para Mazzotta (2010), a educação inclusiva deve ser compreendida como parte integrante de um projeto político mais amplo, que valoriza a equidade e os direitos humanos. O autor enfatiza que a inclusão não se restringe ao acesso físico à



escola, mas implica a efetiva participação dos estudantes no processo de aprendizagem, respeitando suas especificidades. A inclusão, portanto, não pode ser limitada a uma categoria de alunos, mas deve contemplar a diversidade como constitutiva do ambiente escolar.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um serviço essencial da Educação Especial, cuja função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras ao pleno desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2008). O AEE deve ser ofertado preferencialmente no contraturno, em salas de recursos multifuncionais, por profissionais capacitados, que atuam de forma complementar e articulada ao ensino regular.

A construção da identidade docente no campo da Educação Especial também é um ponto de análise relevante. Ciampa (2005) argumenta que a identidade é um processo dinâmico e relacional, que se configura na interação com o outro e com o contexto social.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo geral deste trabalho, que é analisar os principais desafios enfrentados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas públicas, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Essa abordagem, conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), permite um aprofundamento na compreensão das nuances e significados dos fenômenos sociais. A pesquisa qualitativa, portanto, não se limita à quantificação de dados, mas busca a interpretação e a extração de sentidos a partir de discursos e experiências, o que é essencial para desvendar as complexas realidades enfrentadas pelos profissionais do AEE. Dessa forma, a metodologia adotada visa captar a percepção e as práticas desses professores, oferecendo subsídios para o aprimoramento das políticas e das práticas pedagógicas inclusivas.

Os dados foram analisados conforme Bardin (2011), com perguntas organizadas em categorias temáticas previamente definidas, mas abertas à criação



de novas categorias a partir do material empírico; as principais categorias foram: Formação, Desafios, Estratégias Pedagógicas e Articulação.

Foram utilizados elementos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), uma técnica comum na pesquisa qualitativa voltada para organizar, codificar e interpretar dados textuais ou visuais. O método busca extrair informações relevantes e comprehende as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

RESULTADOS

Os resultados a seguir são do estudo piloto que faz parte de um estudo mais amplo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, que teve como objetivo treinar os pesquisadores na condução de entrevistas e testar o instrumento semiestruturado. Participaram duas professoras do AEE, de escolas municipais da periferia de Maceió.

Os resultados foram organizados a partir das categorias, no entanto, escolhemos apenas uma das análises de conteúdos e apresentaremos parcialmente com maior profundidade devido ao objetivo do resumo expandido. Nesta ocasião, optamos por escolher a categoria Formação e suas implicações orientadas por Bardin (2011).

As profissionais relataram que as atuais exigências na formação inicial para atuar na Educação Inclusiva, destacaram a necessidade de capacitação continuada e o aprendizado prático como principais fontes de conhecimento, destaque para:

“...tem que ter especialização em educação especial ou educação inclusiva para poder assumir a sala do AEE...” (Professora A).

A análise dos dados mostra uma tensão entre a formação teórica inicial e a prática especializada. Profissionais adquirem conhecimento sobre Educação Inclusiva principalmente na experiência e em cursos de especialização. A professora A destaca que, para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), a especialização é exigida devido à complexidade da área.

De acordo com Manzini (2004) a formação inicial de professores, frequentemente, não prepara adequadamente os futuros educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. Ele argumenta que os cursos de pedagogia e



licenciaturas tendem a abordar a educação especial de forma superficial ou como uma disciplina isolada, e não como um princípio transversal a todo o processo de ensino-aprendizagem. Esse fato consolida a compreensão dos profissionais de que o aprendizado eficaz ocorre por meio da experiência prática e do desenvolvimento contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conjuntamente com os resultados preliminares evidenciou que a promoção da inclusão escolar enfrenta múltiplos desafios relacionados à formação, estrutura e articulação institucional.

O estudo piloto identificou que a inclusão escolar é um processo complexo que exige recursos de acessibilidade, valorização dos professores do AEE, articulação entre instituições, tecnologia assistiva e apoio profissional. Esses fatores são essenciais para superar barreiras e garantir a participação efetiva de alunos com deficiência.

Os resultados preliminares desta pesquisa, obtidos a partir da análise da categoria Formação, indicam a necessidade de ações conjuntas entre o poder público, instituições de ensino e sociedade civil. O estudo aponta para a importância de políticas públicas voltadas ao suporte aos educadores, como programas de formação continuada e valorização profissional, além do investimento em infraestrutura escolar que incluam recursos e serviços de acessibilidade. Estratégias pedagógicas e relações colaborativas entre os atores escolares também se mostram relevantes para o desenvolvimento da inclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. Brasília: MEC, 2008.

CAMARGO, E. P. **Inclusão e necessidade especial**: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. São Paulo: Livraria da Física, 2016.



CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Revista de Educação, v. 13, n. 25, 2014.

MANZINI, E. J. **Formação de professores e educação especial**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Inclusão Escolar e Educação Especial**: das Diretrizes à Realidade das Escolas. In: MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria Amelia (Orgs.). Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 79-87, 2010.

NUNES, A. P. P.; NEGÓCIO, P. A. F. **II Seminário Potiguar**: Educação, Diversidade e Acessibilidade - Uma Questão de Efetivação de Direitos. DAIN/UERN, p. 44-55, 2015.